

DESIDENTIFICAÇÃO CRÍTICA OU NOTAS SOBRE UMA ESTÉTICA DAS MULTIPLICIDADES: DO MATERIALISMO LÉSBICO DE WITTIG ÀS SUAS INTERPRETAÇÕES QUEER¹

CRITICAL (DIS)IDENTIFICATION OR NOTES ON AESTHETICS OF MULTIPLICITY: FROM WITTIG'S LESBIAN MATERIALISM TO ITS OWN QUEER INTERPRETATIONS

RESUMO

A pensadora lésbica Monique Wittig, ao questionar as relações binárias de sexo que definem duas classes sociais opostas a si (os homens e as mulheres), defende que “as lésbicas não são mulheres”, pois não estão submetidas às mesmas opressões que a suposta “classe das mulheres”. Objetivamos mostrar que bichas, viados, caminhoneiras, sapatões/sapatonas etc. promovem uma ruptura com as noções tradicionais de masculino e feminino pela forma que são apresentadas e entendidas socialmente, uma vez que também se encontram deslocadas da heterossexualidade. Assim, pensamos essas sujeitas² inseridas em outros processos de desidentificação, pois não se situam no espectro de privilégio, de poder e relacional daquelas (cisgêneros e heterossexuais) inseridas na organização de classes do pensamento feminista materialista.

Palavras-chave: Desidentificação crítica. Monique Wittig. Multiplicidade de gênero. Teoria Queer.

ABSTRACT

The lesbian thinker Monique Wittig, in questioning the binary sex relations that define two opposite social classes (men and women), argues that “lesbians are not women”, as they are not subjected to the same oppressions as the supposed “class of women”. We objectify to show that bichas, viados, caminhoneiras, sapatões/sapatonas etc. promote a rupture with traditional notions of masculine and feminine through

¹ Esta é uma versão revisada do texto publicado anteriormente nos anais do IX Congresso Internacional da ABEH (IX CINABEH, 2018).

² Utilizo o sintagma nominal “pessoa” como termo neutro para referir-me a um grupo de (e a quaisquer) agentes sociais. Todas as palavras que exprimem um sujeito, nesse sentido, estarão no feminino, deixando incluída a menção à qualquer expressão de identidade de gênero, sem a distinção binária masculino/feminino ou sobredeterminação do primeiro, como geralmente acontece quando usamos o masculino universal. Assim, todo o texto está escrito no feminino universal como referência ao sintagma nominal “pessoa”. Ao lê-lo, peço que a leitora tenha em mente que antes de palavras que indicam um sujeito, ele estará implícito.

Igor Leonardo de Santana Torres

Mestrando em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: torres.igorsantana@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7455-3212>

Felipe Bruno Martins Fernandes

Doutor em Ciências Humanas, docente da Universidade Federal da Bahia, Brasil. E-mail: fernandes.felipebruno@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8755-4126>

the way they are socially presented and understood, since they are also displaced from heterosexuality. So we see them as other processes of (dis)identification, since they are not located in the same spectrum of privilege, power and relational of those (cisgenders and heterosexuals) inserted in the organization of classes of the feminist materialist thought.

Keywords: Critical disidentification. Gender multiplicity. Queer theory. Monique Wittig.

Introdução

Monique Wittig, pensadora lésbica e feminista materialista, ao questionar as relações binárias de sexo que definem duas classes sociais opostas a si (os homens e as mulheres), defende que “as lésbicas não são mulheres”, pois não estão submetidas às mesmas opressões que a suposta “classe das mulheres”. A proliferação de categorias identitárias e os discursos sobre as lésbicas tomam conceitos ligados às identidades sexuais como identidades de gênero, indo além do desejo (mas ao mesmo tempo utilizando-o como recurso de constituição subjetiva de si) e performando essas desidentificações a partir de expressões de gênero plurais. Diante disso, observamos igualmente a inexistência de uma “classe de homens”, uma vez que masculinidades subalternas, particularmente desviantes da norma heterossexual, não produzem “homens” ou “homens de verdade”. Do mesmo modo que o lugar subalterno da feminilidade, quando em ruptura com a heterossexualidade ou com as dimensões normativas de expressão de gênero, não produz “mulheres”, mas uma multidão de posições de gênero que não cabe nesse suposto sistema de classes sociais de sexo (BOURCIER, 2018c).

Tradicionalmente, o gênero tem sido um conceito compreendido como a forma em que cada sociedade produz seus valores em torno do masculino e do feminino. A partir dessa ideia, questionamos os comportamentos e práticas sociais que associamos a cada um desses pólos: o cuidado da casa e dos filhos como uma atribuição feminina (das mulheres), e o provimento do lar e gestão da vida pública da família como uma atribuição masculina (dos homens). O conceito de sexualidade, nesse sentido, seria acessório ao conceito de gênero, uma vez que explicaria as dimensões do desejo afetivossexual de cada pessoa, o que ocorreria a partir de um diálogo subjetivo entre sexo (macho ou fêmea), gênero (homem ou mulher) e sexualidade (heterossexual, homossexual ou bissexual). Essa linearidade, como podemos constatar, a partir dos estudos sobre gênero e sexualidade, notadamente de autoras lésbicas e queers (BOURCIER, 2014; BUTLER, 2003; PRECIADO, 2011; WITTIG, 1980), não passa de uma ficção, sendo a realidade um tanto mais complexa.

Objetivamos, desde a crítica de Wittig sobre a economia binária heterossexual, pensar outros processos de desidentificação, porquanto eles não se situam no mesmo espectro de privilégio e de poder das pessoas (cisgênero e heterossexuais) inseridas

na organização de classes sociais de sexo. No caso deste trabalho, intentamos mostrar que bichas, viados, caminhoneiras, sapatões/sapatonas, mavambixas e toda a pletera de desidentidades, promovem uma ruptura com as noções tradicionais de “homem” e “mulher”, não em nível individual, mas coletivo, pela forma que são apresentadas e entendidas socialmente na medida em que também se encontram deslocadas da heterossexualidade. Esse empreendimento nos leva a articular a teoria da desidentificação lésbica (WITTIG, 1980a, 1980b, 2006, 2018) com os pressupostos da teoria queer (BOURCIER, 2014, 2018b; BUTLER, 2003; PRECIADO, 2011) na compreensão desse processo de ruptura como um modo de resistência (BACCHETTA, 2009, 2015).

Wittig entre materialismo e lesbianismo³

Monique Wittig nasceu em 1935 e morreu em 2003. Foi uma expressiva militante do *Mouvement de Libération des Femmes* (MLF) e participou da equipe editorial da *Questions Féministes*, a mais importante revista francesa sobre feminismo e sobre as questões das mulheres, ao lado de Christine Delphy e Simone de Beauvoir (COSTA, 2015; GROSSI, 2018). Publicou alguns romances: *L’Opoanax* (1964), *Les Guérillères* (1969), *Le Corps Lesbien* (1973). Mas se destacou (tornando-se um clássico de leitura quase obrigatória para quem pesquisa gênero e sexualidade) com uma série de ensaios escritos durante a década de 1980: *La pensée straight* (1980), *On ne naît pas femme* (1980), *La catégorie de sexe* (1982), *La marque du genre* (1985). No segundo, que causou muito desconforto entre as feministas, mas também em outros circuitos (acadêmicos e militantes), ela escreveu seu mais afamado mote: “as lésbica não são mulheres”.

Esses ensaios refletem outra forma de pensar e ver a sexualidade e as relações de sexo (para usar uma expressão bem wittigiana). Wittig rompe, em certa medida, com convicções ontológicas e homogêneas sobre as mulheres e sua opressão. Foi influenciada por autoras feministas materialistas com quem militou e/ou trabalhou no MLF, na década de 1970, entre as quais estão Christine Delphy, Colette Guillaumin, Nicole-Claude Mathieu e Paola Tabet. Os escritos delas, críticos da dualidade masculino/feminino e dos discursos de naturalização dos sexos, possibilitaram-nateorizar sobre a *pensée straight* (CHETCUTI, 2009; FALQUET, 2017; MICHARD, 2009).

Do lugar de uma ensaísta, poeta, que compreendia a inseparabilidade da linguagem, do pensamento e da política, Wittig via na literatura uma máquina de guerra a serviço da negação das formas dadas do senso comum, lugar de criatividade política, que não necessariamente precisaria estar atrelada às práticas políticas do cotidiano, posto que, por excelência, seria o lugar da transcendência. Ela valorizava a separação do campo literário do político, embora instrumentalizasse o primeiro politicamente, fugindo ao princípio do pensamento modernista da década de 1960, que preconizava uma despolitização da arte, reforçando uma noção de arte por

³ Não há aqui nenhuma pretensão de relação do termo comum sentido nosológico/patológico. Lesbianismo aparece empregado enquanto movimento político.

ela mesma, no seu sentido meramente contemplativo, não utilitário e/ou político (BOURCIER, 2012).

A disjunção desses dois campos permite-lhe experimentações linguísticas atreladas ao seu pensamento utópico de universalização do humano e dissolução das marcas de gênero através de estratégias como a universalização invertida, a desmasculinização do pronome “masculino” usado como significante do humano, prescindindo do sexo (BOURCIER, 2012; ROBIN, 2011). Considerando sua ação política pela arte, ela já foi apontada como uma feminista que dissonava dos princípios que organizavam o movimento modernista naquela época: uma “modernista dissidente” (BOURCIER, 2012, p. 130).

Algumas teóricas (BOURCIER, 2012; CHETCUTI, 2009; ROBIN, 2011) argumentam que a propensão de Wittig era à abolição do sexo/gênero e das categorias que os representavam (homem, mulher, heterossexualidade etc.): era esse o ponto teleológico de seus escritos e de sua política. Talvez por isso, eles sejam ora qualificados como utópicos, ora como revolucionários, ora das duas maneiras (BOURCIER, 2012; CHETCUTI, 2009; ROBIN, 2011). Todavia, independente da interpretação de seu pensamento, suas contribuições ao campo dos estudos feministas e de gênero e sexualidade são inegáveis e reverberam autoras tanto materialistas quanto queers até hoje.

A organização de um ponto de vista minoritário de seu feminismo lésbico materialista, a partir de uma construção teórico-política solidária com outros grupos sociais oprimidos, aparece, peremptoriamente, em seus ensaios, o que pode ser explicativo do aporte oferecido pelos seus escritos a outras autoras (MICHARD, 2009, n.p.). O “[...] espaço de diálogo construído entre pessoas afins provoca a adoção do ponto de vista lésbico materialista pelo maior número possível [...] como objetivo da universalização do ponto de vista minoritário.” (MICHARD, 2009, n.p.). Essa ação contesta argumentos que tomam “a mulher” como o único Outro, a alteridade extremada, que a *pensée straight* constrói e a partir do qual se afirma (FALQUET, 2017).

Manifestação histórica de um ponto de vista político e epistêmico que sustentou ao longo de sua vida e direcionou sua práxis, seus argumentos trazem a inextricabilidade e a mútua implicação das categorias de identificação social em seu íntimo. Eles permitem ainda articular a noção de coformação (BACCETTA, 2009, 2015), ordenar a sexualidade como uma dimensão (re)estruturante da identidade pessoal e coletiva, rompendo, assim, com a *pensée straight*—o modo de estruturar as relações segundo naturalismos e uma presumida metafísica da substância (WITTIG, 1980a, 2006).

A interpretação de uma exterioridade lésbica vem do entendimento de que a estrutura heterossexual estabelece o imperativo da diferença sexual e institui a “classe de mulheres” e a “classe de homens” definidas pela categoria de sexo. Fora da lógica heterossexual, a lésbica não só não é mulher, como representa um princípio implosivo dessa estrutura: a lesbianidade não como um fim em si mesma, mas como o princípio de uma ação mais ampla (CHETCUTI, 2009; ROBIN, 2011). O pensamento de Wittig estava atrelado ao humanismo e ao universalismo da primeira modernidade (BOURCIER, 2012). Com isso, ela não previa uma multiplicação de gêneros. A desidentificação

lésbica foi pensada como um caminho para a destruição da heterossexualidade e, por conseguinte, a dissolução das classes de sexo/gênero.

Interpretações queer sobre Wittig — uma abertura proliferativa

A afirmação de que “as lésbicas não são mulheres” gerou controvérsias, mas também produziu novas formas de ver e relacionar-se com o mundo, não apenas para as lésbicas, mas para todas as pessoas que, não cumprindo com as expectativas de gênero impostas pela sociedade ocidental, acabavam fugindo dos padrões e, logo, da classe de gênero a que foram atribuídas inicialmente. De modo que se a “[...] ‘mulher’ não tem sentido senão nos sistemas de pensamento e nos sistemas econômicos heterossexuais”⁴ (WITTIG, 1980a, p. 53, tradução nossa) e cisgênero, como categoria relacional, podemos estender essa relação de existência, atrelada a *pensée straight* (WITTIG, 1980, 2006), ao “homem”. A “[...] sociedade heterossexual é a sociedade que não oprime apenas lésbicas e homossexuais, ela oprime muitos diferentes/outros, oprime todas as mulheres e muitas categorias de homens, todas e todos que estão na posição de serem dominadas(os).”⁵ (WITTIG, 1980a, p. 50, tradução nossa). Com essa suposição, Wittig possibilita a produção de um outro enquadramento sobre as identidades sexuais e de gênero, um viés pelo qual a desidentificação com a mulheridade, ao passo que cria uma nova categoria identitária, denuncia o caráter contingente, performático e relacional das identidades.

Após Wittig, e a partir da perspectiva teórica queer, a lésbica deixou de ser mulher, o gay deixou de ser homem e aconteceu o que Bourcier (2014) chamou de “multiplicação de gêneros”. O gênero deixou de ser binário — somente homens e mulheres — e se tornou múltiplo. Ao invés de existir apenas homens e mulheres, passamos a enxergar vários gêneros como lésbicas, gays, bichas, sapatões, viados, trans e muitos outros. O modelo deixou de ser *dois sexos* — *dois gêneros* e se tornou *n sexos* — *n gêneros* (BOURCIER, 2014). Isso faz sentido na medida em que, como sabemos, quando um menino faz qualquer coisa que o distancie da masculinidade, como brincar de bonecas, ele escuta “vire homem”, e não “vire heterossexual”, o que reforça o argumento wittigiano de que a transgressão da heterossexualidade não é uma questão de sexualidade, mas uma questão de gênero.

Como foi exposto anteriormente, o pensamento de Wittig difere-se fundamentalmente da abordagem queer, que o toma desde um outro ponto de vista, caminho similar que serviu e ainda serve de reflexão para muitas teóricas (BOURCIER, 2018c; BUTLER, 2003; PRECIADO, 2011) da teoria queer (MOGROVEJO, 2020). Não

4 No texto fonte: “[...] ‘femme’ n’a de sens que dans les systèmes de pensée et les systèmes économiques hétérosexuels.” (WITTIG, 1980a, p. 53).

5 No texto fonte: “[...] société hétéro-sexuelle n’est pas la société qui opprime seulement les lesbiennes et les hommes homosexuels, elle opprime beaucoup d’autres différents, elle opprime toutes les femmes et de nombreuses catégories d’hommes, tous ceux qui sont dans la situation de dominés.” (WITTIG, 1980a, p. 50).

podemos ignorar o fato de sua posição política e teórica estar atrelada ao feminismo materialista. Tampouco ignorar os limites de suas colocações, inclusive o fato de seu pensamento abolicionista expressar uma posição contrária à estratégia de proliferação dos gêneros. Todavia, da mesma maneira que a autora recupera em parte o pensamento beauvoiriano em seu ensaio *On ne naïtpas femme* (1980), burilando o pensamento da autora com sua posição específica enquanto lésbica (MICHARD, 2009), sua teoria tem sido recebida e conduzida de variadas formas. Eis o caminho comum de produção de conhecimento: o movimento e a troca epistêmica. Dessa forma, prudentemente deixamos explícito o nosso ponto de partida interpretativo, a saber, queer, sobre a teoria de Wittig.

Analisando atentamente parte da obra de Wittig, a complexidade que recobre seu pensamento, por vezes polêmico, podemos entender um pouco o ponto de vista de algumas feministas radicais, sobretudo sua defesa da abolição de gênero e a ojeriza que sentem à teoria queer. Só nos parece que há uma má condução da leitura ou replicação da teoria no discurso e na prática dessas feministas: elas conseguem ao mesmo tempo reforçar um essencialismo — que percebemos não passar pelos principais ensaios da autora — e pautar uma abolição do gênero. Diante disso, o feminismo radical indica o queer como uma teoria totalmente antagônica ao pressuposto abolicionista defendido por Wittig (BOURCIER, 2018a). Essa vertente do feminismo assera que a teoria queer teria despolidizado o movimento LGBT e feminista, e seria muito mais passível de assimilação pela sociedade dominante e pelo mercado. No fim, a multiplicação das categorias geraria a reafirmação de valores de gênero e “[...] um ambiente homo e trans muito conformista no seu inconformismo, com regras extremamente precisas sobre como transgredir⁶[...]” (ROBIN, 2011, p. 88, tradução nossa).

O materialismo patente na teoria de Wittig não figura na prática dessas ditas feministas radicais. Podemos advogar apropriações teóricas múltiplas, claro, mas há que se exigir minimamente uma utilização honesta, teórica e politicamente coerente da teoria wittigiana. A seu turno, os feminismos e teorias queers, não pautando a abolição dos gêneros, fazem uma leitura, na nossa visão, muito mais coerente do pensamento da autora. Hermenêutica, como dito anteriormente, da multiplicação identitária. As categorias binárias, essencialistas e universais não são, nunca foram, possíveis de abarcar a variedade de corpos que emergem nas suas margens. Contraditoriamente, no Brasil, assim como na França e EUA, a teoria queer, que se apropria do discurso de Wittig e introduz uma outra concepção sobre ele, passa a ser entendida, por parte de teóricas e ativistas do campo dos estudos de gênero e sexualidade, como anti-identitária, implosiva das identidades — sendo inclusive rechaçada em parte do ativismo LGBT.

No escopo de uma leitura queer de Wittig, consideramos que a clivagem na zona do desejo e da prática sexual perturba as demais dimensões da matriz de inteligibilidade de gênero, pois elas só funcionam em relação de interdependência. A patologização da homossexualidade no século 19 com a *Scientia Sexualis* assinalava

6 “[...] um milieu homo et trans parfois bien conformiste dans son anticonformisme, avec des règles extrêmement précises sur comment transgresser [...]” (ROBIN, 2011, p. 88).

essa inflexão — ou melhor, superposição — da identidade sexual como gênero, uma vez que essa classificação surgiu de uma noção — “invertido” — que enfoca a inversão da identidade pelas práticas sexuais/desejo (BOURCIER, 2014). Esse perfil-tipo foi visto por Foucault (2017, p. 25) como uma imagem estigmatizante que representava a contradição do natural para alguns, mas que também indicava uma dificuldade de interpretação do que ele entendia como dois fenômenos distintos: “[...] a inversão dos papéis sexuais e a relação entre indivíduos do mesmo sexo [...]”. Esses fenômenos correspondem, respectivamente, às esferas do gênero e do desejo. Não obstante aceitemos sua independência e possibilidade de existência e gestão autônoma uma da outra, o descaminho assumido em alguma dessas esferas cria novas experiências identitárias.

Essa interpretação pode ser compreendida se nos voltarmos aos escritos de Butler (2003), para quem as identidades são performativas, atos historicamente regulados e repetitivamente reiterados até assumir estatuto de natural. A filósofa vai mostrar como esses atos estilísticos comporão uma matriz de inteligibilidade pela qual a existência de uma correlação entre sexo, gênero, desejo e prática sexual será imprescindível para o seu pleno e efetivo funcionamento social. Desse modo, na cadeia elencada, a perfeita linearidade produz identidades masculinas e femininas heterossexuais e cisgênero, dois polos antagônicos, mas em relação.

Quanto ao aspecto cisgênero desse produto, os estudos trans, por exemplo, denunciam a cisgeneridade como dimensão igualmente estruturante das relações sociais e vetor de produção de vulnerabilidades. Bourcier (2014) nos conduz a pensar a violência e controle sobre os corpos de pessoas trans e intersexos como uma circunstância de afirmação do dualismo sexual. A heterossexualidade não pode mais ser pensada em separado da cisgeneridade, na medida em que uma só assume inteligibilidade nos marcos da outra e vice-versa, coexistindo para a mútua manutenção de si mesmas enquanto atributos passíveis de reconhecimento social e político, bordas do enquadramento das experiências subjetivas dignas de humanização e luto (BUTLER, 2016).

Notamos, pois, uma compreensão coformacional das categorias sociais, trabalhada por Bacchetta (2009, 2015) sob a terminologia de coformação. Segundo essa autora há sempre outros valores inseridos em categorias que acreditamos puras, e como os valores referenciais sociais ocidentais de sujeitos nunca partem da marginalidade, estes só podem estar atrelados às marcas do privilégio raramente nomeadas (BACCHETTA, 2009, 2015). O que ela quer dizer com isso é que há uma organização interna às categorias, uma conexão estratificadora. Nesse caso, voltando à matriz de inteligibilidade, o resultado de sua articulação não produz uma identidade aceitável em termos unicamente de gênero e sexualidade. Na matriz, estão inseridos valores raciais, corporais e cognitivos prevalentes. Assim as demais categorias incorporarão estes e outros com fito a produção do “sujeito estável”.

Nesse sentido, a matriz não existe para produzir outras substâncias senão o homem e a mulher “padrões”. Haverá fissuras, produtos “danificados”, porque a falha é constitutiva do processo, mas a matriz lançará mão de meios para corrigir esse resultado

adverso no uso de estratégias de normalização “sexopolíticas” (PRECIADO, 2011). Uma vez que a dimensão do desejo e da prática não são lineares na matéria produzida, esta não é aceita enquanto possibilidade resultante legítima. E se isso ocorre, é pois que a peça não é possível de ser identificada enquanto ente bem definido e estável (homem ou mulher cisgêneros e heterossexuais), os dois resultados “unicamente” e/ou preferencialmente possíveis e/ou desejados desse processo ilusoriamente automático.

Ao referir-nos às múltiplas identidades que vêm ganhando visibilidade e popularizando-se nos ativismos e na Academia, estamos a trabalhar com processos de “desidentificação crítica”⁷ que promovem a produção de novas subjetividades, porque as sujeitas concebem novas imagens de si, estranhando os discursos colonizadores (BACCHETTA, 2009). Isso nos aparece como marco para refletir sobre as “políticas multisexogendradas” (BOURCIER, 2014, tradução nossa) que ensejam a mudança de um status de “disforia de gênero” para um de “euforia de gênero” e transborda a grade de inteligibilidade, assinalando uma cisão com o cenário não apenas iluminista do modelo unitário de sexo/gênero, mas com o cenário moderno da diferença sexual que permeou e ainda permeia parte do pensamento feminista (BOURCIER, 2014).

Bourcier (2018a) aponta que o feminismo pode jogar o papel de guardião do museu da diferença sexual. Ao mesmo tempo, também aponta que esse mesmo movimento, caso se engaje de fato na luta pela transformação das relações de gênero, pode tomar para si a existência de uma multiplicidade de gêneros. Assim, seria função do feminismo lucrar com a emergência de diferentes gêneros nas subculturas gay, lésbica, trans, queer, sadomazoquista, pós-pornográfica etc., uma vez que são essas subculturas que estão investindo na proposição de novos gêneros e de experiências sexuais diferentes das já difundidas. O feminismo deve se interessar por aquelas pessoas que não desejam se conformar às normas de gênero culturalmente impostas, prolongando uma das mais antigas funções do movimento: revelar o caráter puramente social e construído da feminilidade. Dessa forma, o cenário da proliferação de gêneros redistribuiria as cartas do jogo, convidando-nos a uma exploração pessoal e política de nossas experiências de subjetivação. Com a tomada de consciência de que há uma multiplicidade de expressões de gênero, a vocação do feminismo deixa de ser a sustentação da diferença sexual binária. O sujeito e o horizonte feminista, então,

7 No que diz respeito às considerações bacchettianas, entende-se a resistência psíquica como uma (inter)ação que “promove a produção de novos sujeitos”, mas isso só ocorre mediante a desidentificação crítica, que consiste em um “[...] engajamento crítico frente ao poder inseparável que foi internalizado [...]” (BACCHETTA, 2009, p. 61). A proliferação de categorias e desidentificações resultantes são um campo fértil a essa operação, uma vez que a autora aponta que essa forma de resistência pode ser estimulada pela luta articulada de grupos a partir de uma experiência coletiva moderada por uma miríade de posições sociais, levando-nos a pensar nos termos de uma “multidão de anormais” (PRECIADO, 2011). Ainda dentro dos processos da resistência psíquica, assim como as lésbicas francesas de cor identificaram “forças psíquicas” a serem combatidas, essa mesma hipótese está implícita na assunção de novas desidentificações. As forças psíquicas, neste caso, podem ser tomadas como o binarismo de gênero, a cisheteronormatividade e a heterossexualidade compulsória. Mas se esse engajamento quer-se dizer consciente, temos, então, uma distinção teórica aqui, uma vez que acreditamos que a recusa dessas forças psíquicas independe do status de consciência.

deixam de ser “a mulher” e passam a ser “as mulheres”, “as e os feministas”, “as masculinidades” e “as feminilidades”.

Comumentemente, alguns intérpretes da Teoria Queer, nos marcos da teoria butleriana sobre performatividade de gênero, a tomam como uma teoria que suporia a abolição das identidades, não necessariamente uma noção de abolição conforme àquela de Wittig, mas a reflexão de um anti-identitarismo e descorporificação das identidades patente. Sendo essa a crítica empreendida por Bourcier em relação à Teoria Queer estadunidense, ele sugere uma política de identidade pós-identitária que permite essa proliferação de categorias, formas de dizer-se, uma política que incite produções identitárias desde as subculturas sexuais e de gênero (BOURCIER, 2018c). Ao mesmo tempo, sua postura indica a existência de múltiplas abordagens sobre um mesmo tema e, por isso, a disputa entre diferentes pontos de vista queers. Esse giro epistemológico feito pelo autor assinala sua atenção sobre a agência, que subjaz e reforça sua crítica, através do qual pontua a necessidade de se pensar outras formas de teorizar levando em consideração esse conceito (agência) e como outras práticas têm se mostrado possíveis. Ele aponta que não podemos mais pensar em um “problema de gênero” sem levar em consideração que ele está intrinsecamente implicado em um “problema sexual”, em uma “desorientação sexual”/desidentificação sexual (BOURCIER, 2012).

A ideia de uma política feminista articulada sobre as diferenças consiste no projeto político do feminismo queer de Bourcier (2018c). Diferenças sexuais, étnicas, raciais, geoculturais, etc. se situam em um nível social, e não psicológico ou biológico. Sua política das diferenças propõe um novo desafio, principalmente aos feminismos universalistas e da igualdade: apreender a diferença como potência de luta e não como um particularismo que ameaça a resistência feminista.

Do insulto ao reconhecimento de si: fracasso como opção política e agenciamentos linguístico-performativos

Halberstam (2011) assevera que as pessoas queers fazem do fracasso algo criativo, se o tomarmos como um meio de recusa às lógicas dominantes de poder e disciplina, aos pressupostos hetero/homo/cisnormativos. Elas fracassam criativamente, pois estão aquém do rígido modelo binário de gênero. Esse fracasso vem acompanhado da ação do “non-believing”, uma “rejeição ideológica” informada por uma prática indisciplinar em relação ao que se produziu socialmente como “natural”. De tal forma, quando o sucesso aparece como meta coletiva alcançada supostamente de maneira individual em contextos neoliberais, a repositivação de um termo pejorativo, reivindicando-o enquanto uma forma de desidentificação se afirma como uma maneira de requerer o “fracasso exitoso”, (HALBERSTAM, 2011).

Essas pessoas, em seu fracasso, rejeitam sua inclusão na sociedade nos moldes em que ela foi construída e acabam possibilitando a reflexão sobre a criação de novas

formas de viver e estar em coletividade. A diferença se torna a ética e a estética que as move politicamente. Como argumenta Halberstam (2011, p. 88), “a arte queer do fracasso gira em torno do impossível, do inverossímil, do improvável e do banal. Ela silenciosamente perde, e ao perder imagina outros objetivos para a vida, para o amor, para a arte e para o ser.”⁸Esse movimento de fracasso, contestação e denúncia, mostra a influência das coformações sociodiscursivas (BACCETTA, 2009, 2015) na modelagem de nossas subjetividades, no controle do desejo e dos corpos, atentando inevitavelmente para o caráter compulsório da cisgeneridade e da heterossexualidade.

No cerne de toda essa discussão, vemos também a produção de um discurso de esvaziamento do pejorativo e posituação de sentido das palavras, em um movimento de crítica marginal em meio aos regimes de verdade que buscam falar sobre as sujeitas, mas também de narração de si e resistência ao cisheterossexismo. Essas produções e narrativas nos mostram que a linguagem pode ser disputada, fissurada, operacionalizada de uma maneira mais subversiva. Elas se sustentam em uma política da diferença que propõe cenários de resistência às normas de gênero (BOURCIER; MOLINER, 2012) e cuja prática de resignificação é uma das estratégias de sublevação contra a opressão. Essa política de resignificação engendra uma ruptura na ordem do discurso de abjeção, criminalização, demonização e patologização das identidades sexuais e de gênero dissidentes do modelo de inteligibilidade (BUTLER, 2003) instituído, reiterando a possibilidade de construção de outras representações e existências na periferia dos discursos hegemônicos.

A persistência na identificação de pessoas não-heterossexuais (e, acrescentamos, não cisgêneros) com as categorias de “homem” e “mulher” serve à manutenção da heterossexualidade pela *pensée straight*, alimentando discursos de verdade que falam sobre as pessoas e tendem a tolher-lhes a possibilidade de criarem suas próprias categorias. Indicamos, pois, a extrema necessidade de questionamento dessas categorias, colocando a linguagem como intimamente ligada aos processos de subjetivação, ponto de mister importância no campo das relações de poder (WITTIG, 1980a).

Certos que esses movimentos não são operados no exterior das relações de poder, mas se alinham e realinham-se nesse entremeado movediço de fluxos e potências, eles aparecem também ancorados no entendimento da linguagem como um campo aberto e disputado. Mais ainda em uma compreensão das formações discursivas como um campo com fissuras nas quais as pessoas agenciam mudanças e produzem deslocamentos, contrapondo-se ao universalismo tácito que acompanha a *pensée straight* em “[...] sua produção de conceitos em leis gerais que se reclamam de ser aplicáveis a todas as sociedades, a todas as épocas, a todos os indivíduos.”⁹ (WITTIG, 1980a, p. 49, tradução nossa).

8 No texto fonte: “The queer art of failure turns on the impossible, the improbable, the unlikely, and the unremarkable. It quietly loses, and in losing it imagines other goals for life, for love, for art, and for being.” (HALBERSTAM, 2011, p. 88)

9 No texto fonte: “[...] as production de concepts, à former des lois generales qui valent pour toutes les sociétés, toutes les époques, tous les individus.” (WITTIG, 1980a, p. 49).

Esse processo evidencia a dimensão estrutural de constituição identitária sem negar a autonomia das pessoas na definição de projetos para si e contestação da ordem instituída. Reiteram a noção foucaultiana de sujeito criador, produtor de novas formas de viver e com capacidade de resistir às formas de saber e poder, desconsiderando-o apenas enquanto fruto de experiências passadas, como se seu destino fosse definido por estas, produtos de uma estrutura, pois que criam para si projetos estéticos de existência alternativos ao imposto, produzindo devires, e não coisas.

Ao dizer-se bicha, viado, sapatão etc. adere-se a uma forma de resistência baseada no princípio da “desidentificação crítica” (BACCHETTA, 2009, 2015) com os valores coloniais/modernos de gênero e sexualidade. Esse empreendimento, levando em consideração as diferentes relações que os corpos podem desenvolver entre si, pode remodelar a interpretação social de suas identidades, acusando para uma contínua maleabilidade das categorias sociosexuais (BOURCIER, 2014).

Se as lésbicas foram um dia o ponto de saturação da doxa da diferença sexual, do binário homem e mulher para Wittig, por que não tomar as identidades trans com a mesma potencialidade disruptiva, uma vez que elas assumem outras formas de ser e estar no mundo e se deslocam da classe de homens e mulheres definidas pela cisgeneridade? Parece-nos que a negação dessa hipótese tem menos fundamento teórico que transfóbico. Levantar-se contra a “política multisexogendrada”¹⁰ (BOURCIER, 2014, tradução nossa) reflete uma ciscentralidade política e epistêmica que ultrapassa qualquer evidência da materialidade das relações.

Colocar a identidade em discurso, ou melhor, questionar a identidade a partir dos investimentos discursivos que a constitui, remonta a uma inclinação teórica dos últimos 30 anos. A crítica desconstrutivista age na rasura desse conceito-chave (identidade), colocando-o sob suspeita e problematização, indicando novas formas de pensá-lo, e não descartando-o por completo, visto que a identidade continua sendo “[...] uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões antigas não podem ser pensadas [...]” (HALL, 2011, p. 104).

Essa explosão analítica tem se contraposto a concepções essencialistas do sujeito, entendendo a processualidade e contingência das identificações. O pressuposto da relação da identidade com sua “exterioridade constitutiva”, reiterando sua delimitação desde a relação com o outro, necessariamente a exclusão deste do cerco identitário que se pretende instituir, leva-nos a concordar que “[...] toda identidade tem, à sua margem, um excesso, algo a mais [...]” (HALL, 2011, p. 110).

A “política multisexogendrada” (BOURCIER, 2014, tradução nossa), que vemos ganhar espaço, efetua uma clivagem no conceito de cisgeneridade e expande a noção de transgeneridade. Implode a cisgeneridade de tal forma que denuncia a ficção dessa categoria. Não que ele seja um conceito inútil ou, segundo algumas teóricas, o cisgênero não exista (RODRIGUES, 2014), mesmo porque a disputa política informada pela teoria exige a implementação de conceitos e categorias que deem conta do desvelamento das desigualdades. Mas tomado analiticamente de maneira universal e rígida, o conceito

¹⁰ A política multisexogendrada diz respeito a discursos e práticas de proliferação e resignificação dos gêneros (BOURCIER, 2014).

de cisgeneridade pode mascarar a realidade. Somos, assim, conduzidos a repensar a forma que a operacionalizamos, denotando seus deslocamentos internos.

Se a cisgeneridade chega como categorização das experiências de gênero que estão próximas dos valores e expectativas de uma matriz de pensamento, e a transgeneridade faz a operação inversa, isto é, abarcar as experiências de gênero que se distanciam, cruzam, transpassam essas expectativas e valores, o exato movimento de clivagem com a cisgeneridade dilata o conceito de transgeneridade, facultando o vislumbre de outras sensibilidades subjetivas no cerne desta categoria. Como aponta Amara Moira (2017) esses dois conceitos estão intimamente ligados, pressupor a insuficiência de um, seu reducionismo, é, *ipso facto*, realocar essas mesmas críticas ao outro, posto que aqueles ditos cis foram quem nomeou e significou o trans.

Masculinidades femininas, “feminilidades masculinas” (HALBERSTAM, 2018). Vemos uma explosão do que antes seria tanto contradição quanto possibilidade, eis o cenário de alargamento, esgarçamento da binariedade (BOURCIER, 2014). Na discussão das novas masculinidades e feminilidades, impossível não mencionar as formas pelas quais as transgeneridades têm influenciado nisso, sobretudo os homens trans com suas transmaculindades viadas, transviadescendo o normativo de masculinidade. Almeida (2012) se faz assertivo ao visibilizar as transmaculindades como uma aquarela com uma diversidade de matizes, construções identitárias que passam pela manutenção do “feminino” nos corpos, a mistura dos gêneros, a dispensabilidade das cirurgias ou a imprescindibilidade destas. O ideal de masculinidade hegemônica pode até figurar no horizonte social, mas as novas transmasculinidades têm seguido por um caminho outro que não necessariamente almeja esse alcance. Isso pode ser pressuposto da compreensão de que suas masculinidades já estão na periferia desse ideal desde sua concepção.

Homens com “piroceta”, mulheres com “caceta”. O genital, até antes envergonhado e motivo de vergonha, ganha proeminência no discurso, dessa vez, não servindo à deslegitimação, mas à afirmação/reforço da justeza dessas existências desde o sexo que antes era tido como matéria natural. A inversão do discurso o coloca sob o jugo da cultura e reafirma uma abertura de sentidos. Homens engravidando (MONTEIRO, 2018), mulheres trans se afirmando sem a necessidade de hormonização, outras pessoas questionando a relação que tem com os seus nomes — não focando na mudança, mas na alteração do pronome e na forma como as pessoas entendem o que é um nome masculino ou feminino (MOIRA, 2017). Visto isso, modificando um pouco a pergunta de Amara Moira, acreditamos que seria mais interessante a seguinte questão: como não ter medo do movimento trans? Essa questão sintetiza a observação de Bourcier (2012) ao refletir que as pessoas trans têm muito a ensinar aos Estudos Queer.

As sapatonas, caminhoneiras, a seu turno, têm realizado uma desapropriação dos homens de seu domínio sobre a masculinidade. Caminhoneiras, às vezes, confundidas com homens, fortuito engano da racionalidade binária. Menos um carácter inato determinado pelo sexo biológico, a(s) masculinidade(s) pode(m) ser encerrada(s) em qualquer corpo, assim como os corpos ditos femininos não estão inevitavelmente ligados à feminilidade. As autodenominações “sapatão” e “lésbica caminhoneira”, em

muitos contextos, já deduzem uma gestão performática da masculinidade ou flerte com suas nuances. Essa performance deslocada da masculinidade assume um estatuto confrontativo à masculinidade hegemônica e não se traduz em uma simples cópia ou reprodução na íntegra de uma originalidade. Ela reitera que “[...] toda masculinidade ideal, por natureza, está simplesmente fora de alcance [...]”¹¹ (HALBERSTAM, 2011, p. 100). Essas masculinidades transpostas representam o movimento de rasura sobre a identidade e a habitação de conceitos com vista a sua ressignificação (LACOMBE, 2012).

Na sua pluralidade existencial (bixa preta, bicha poc, bicha de peito, viado, mavambixa etc.), as bichas dobram o poder se apropriando do discurso ofensor e afrontando o “sistema significante sexual” ao questionar a figura do homem e sua pretensa verdade ontológica (ZAMBONI, 2013, p. 6). O próprio exercício de dizer-se bicha a cria e recria como realidade, seguindo o aforismo da performatividade do discurso. Nesses movimentos performático-discursivos, constitui-se como “composição estética”, reinventando-se nas redes afetivas e perceptivas internas e externas a si (ZAMBONI, 2013, p. 3), e firmando sua existência enquanto devir incapturável por qualquer política representacional — por isso mesmo ela(s) escapa(m) (ZAMBONI, 2016). Asseguram, então, o (des)caminho para uma “ética marica” que se afirma na singularidade de sua prática e não se pretende geral ou responsiva aos valores de uma ética universal cisgênero e heteronormativa. A “ética marica” tem por intento incitar a solidariedade entre os diferentes grupos dentro de suas diferenças, isto é, abarcando o múltiplo e não alguns poucos, em uma disposição crítica ao assimilacionismo e ao assujeitamento (VIDARTE, 2007).

O que fazem essas desidentificações, senão desnaturalizar o binarismo de gênero, embaçar as fronteiras do masculino e feminino? Os corpos que se situam em uma posição marginal em relação à cisheteronorma colonial e embranquecida distorcem a matriz de inteligibilidade entre sexo/gênero/desejo/prática sexual, segundo a qual um elemento seria o resultado do outro, em uma relação de interdependência, causalidade, reflexo (BUTLER, 2003). A identidade, nesses termos, seria tão mais movimento que inércia, criação, refutando ideias de essência, fixidez e passividade, mostrando como podemos agenciar outros modos de vida generificados e outros enquadramentos de reconhecimento, mas não eliminá-las: elas nos organizam e (in) visibilizam enquanto sujeitas, constituem a própria dinâmica de vida em sociedade, centrais nas questões políticas e na agência, ao mesmo tempo uma necessidade e uma impossibilidade (se pensada hermeticamente) (HALL, 2011).

Conclusão

O pensamento de feministas materialistas carece de aprofundamento e interpretação mais contextual, seja por quem utiliza essas referências como bases

¹¹ No texto fonte: “[...] all ideal masculinity by its very nature is just out of reach [...]” (HALBERSTAM, 2011, p. 100).

para o engajamento político-social através da militância, seja por quem se debruça a estudar as relações de poder que constituem as relações de gênero, seja por quem está realizando as duas coisas. Ainda que Wittig esteja situada no espectro materialista das teorias feministas, não podemos exaurir as interpretações de seu pensamento apenas nos marcos do feminismo materialista, posto que ela mesma oferece questionamentos a essa epistemologia, estimulando rupturas, cisões, tanto nas classes de “homem” e “mulher”, quanto nas perspectivas de agência e poder. Mas tampouco devemos fazer apropriações e inferir de modo pouco elaborado e leviano, passando possivelmente pela desonestidade política e acadêmica, levantando conclusões equivocadas como se o fossem propriamente suas, pela simples necessidade de sustentar uma ideia, mesmo que sobre falácias.

Nosso argumento não prescreve uma substancialização das identidades, muito pelo contrário: tomamos a ruptura e a proliferação de categorias como uma abertura para um horizonte experimental tanto nos campos das práticas sexuais quanto das desidentificações de si. Devemos estimular uma cena de agência das pessoas e suas implicações, sejam elas conscientes ou não, na assunção de outros projetos: a recuperação da dimensão volitiva (SOUSA FILHO, 2014). Assim como (e diferentemente de) Wittig, propomos a “desidentificação crítica” (BACCHETTA, 2009, 2015) com a matriz de inteligibilidade e seus fundamentos cisgênero e heterossexual com o objetivo de desestruturar a rede do pensamento ocidental moderno sobre o sexo/gênero. Esse cenário pode ajudar-nos no reposicionamento da heterossexualidade nas relações de poder, sua destituição enquanto regime político de controle dos corpos, sistema de pensamento e matriz de produção de subjetividades que, ramificando-se, incorpora-se e sustenta discursos homonacionalistas e hetero/homonormativos, os quais se inserem em um regime de “sexopolítica” (PRECIADO, 2011).

O modelo *n* sexos — *n* gêneros (BOURCIER, 2014) distingue-se do modelo opressivo e normalizador da diferença sexual, constitui uma outra fonte de ação política e composição subjetiva. Disputamos a possibilidade da autodeterminação de gênero, pois que igualmente acreditamos que esse contexto contribui sobremaneira para avançarmos em direção a uma outra cultura/economia sexual de liberdade dos processos de subjetivação. Tomando os trânsitos e as (re)codificações identitárias como produtos das relações humanas, e, por isso, objetos de ressignificação a partir de práticas políticas e epistêmicas, eles podem facultar novas experiências no âmbito dos desejos (BUTLER, 2003; PRECIADO, 2011).

Este texto intenta dar conta da produção de novas subjetividades em dissensão com a cisgeneridade e a heterossexualidade, fundamentos da matriz de inteligibilidade de gênero. Outras questões surgiram durante sua escrita: a relação dessas identidades com as estratégias de normalização, as vantagens e acessos que alguns corpos têm em relação a outros. Não conseguimos trabalhar essas problemáticas e inseri-las aqui, não apenas por questões de tempo como de leitura, trabalho reflexivo e objetivo do presente artigo. Esperamos poder discorrer sobre elas em trabalhos futuros.

Referências

ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012.

BACCHETTA, Paola. Co-formações/co-produções: considerações sobre poder, sujeitos subalternos, movimentos sociais e resistência. In: TORNUIST, Carmen Susana *et al.* (org.). *Leituras de Resistência. Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009. p. 49-74.

BACCHETTA, Paola. Décoloniser le féminisme: intersectionnalités, assemblages, co-formations, co-productions. *Les cahiers du CEDREF*, Paris, v. 20, n. 1, p. 125-137, 2015.

BOURCIER, Sam. Cinquante nuances de genres (et de sexes) ou plus? Les genres en action: entre karaoké de la différencesexuelle et politiquesmultisexgenrées. In: LEDUC, Guyonne. *Comment faire des études-genres avec de la littérature*. Paris: L'harmattan, 2014. p. 1-20.

BOURCIER, Sam. Lespetitschevaux de Troie: Wittig entre modernisme, matérialisme et politique. In: AUCLERC, Benoît; CHEVALIER, Yannick. *Lire Monique Wittig aujourd'hui*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2012. p. 127-144.

BOURCIER, Sam. Material girls em guerra contra Madonna e o queer: o lesbianismo radical woman-identified na França de 2002 a 1980. In: GROSSI, Miriam; FERNANDES, Felipe (org.). *A força da situação de campo: ensaios sobre antropologia e teoria queer*. Florianópolis: Editora UFSC, 2018a. p. 83-106.

BOURCIER, Sam. Monique Wittig et leféminismematérialiste. *Lire Magazine*, [s. l.], 2018b. Disponível em: <https://www.nouveau-magazine-litteraire.com/idees/monique-wittig-feminisme-materialiste>. Acesso em: 05 out. 2018.

BOURCIER, Sam. *Queer zones: latrilogie*. Paris: Éditions Amsterdam, 2018c.

BOURCIER, Sam; MOLINER, Alice. *Le féminisme*. Paris: Max Milo Éditions, 2012b.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CHETCUTI, Natacha. De "on ne naît pas femme" à "on n'est pas femme": de Simone de Beauvoir à Monique Wittig. *Genre, Sexualité&Société*, Paris, v. 1, n. 1, 2009. Não paginado.

COSTA, Ana Alice *et al.* Uma conversa franca com MH/Sam Bourcier sobre correntes feministas e queer na contemporaneidade. *Feminismos*, Salvador, v. 3, n. 2/3, p. 48–59, 2015.

FALQUET, Jules. La combinatoriastraight. Raza, clase, sexo y economía política: análisis feministas materialistas y decoloniales. *Descentrada*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1–17, 2017.

FERREIRA, Vinicius; GROSSI, Miriam. Teoria queer, políticas pós-pornô e privatização da sexualidade: uma conversa com Marie-Hélène Bourcier. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 913–928, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GROSSI, Miriam. O pensamento de Monique Wittig. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 4, n. 2, p. 83–90, 2018.

HALBERSTAM, Jack. *Female masculinity*. Durham: Duke University Press, 2018.

HALBERSTAM, Jack. *The queer art of failure*. Durham: Duke University Press, 2011.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103–133.

LACOMBE, Andrea. De entendidas e sapatonas: socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 207–225, 2007.

MICHARD, Claire. Assautdudiscoursstraight et universalisationdu point de vue minoritaire dans les essais de Monique Wittig. *Genre, Sexualité & Société*, Paris, v. 1, n. 1, 2009. Não paginado.

MOGROVEJO, Norma. O queer, as mulheres e as lésbicas na academia e no ativismo em Abya Yala. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MOIRA, Amara. Quem tem medo do movimento trans? *Mídia Ninja*, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://midianinja.org/amaramoira/quem-tem-medo-do-movimento-trans/>. Acesso em: 28 set. 2018.

MONTEIRO, Anne Alencar. *Homens que engravidam: um estudo etnográfico sobre parentalidade transe reprodução*. Orientadora: Cecilia MacCallum. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos ‘anormais’. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11–20, 2011.

ROBIN, Kate. Au-delà du sexe: le projet utopique de Monique Wittig. *Journal des Anthropologues*, Charenton-le-pont, v. 15, n. 1, p. 71–97, 2011.

RODRIGUES, Carla. O (cis)gênero não existe. *Geledés*, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-cisgenero-nao-existe/>. Acesso em: 27 set. 2018.

SOUSA FILHO, Alípio de. A política do conceito: subversiva ou conservadora? — crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. *Bagoas*, Natal, v. 3, n. 04, p. 59–78, 2012.

SWAIN, Tania Navarro. Monique Wittig, adeus... até breve. In: CARVALHO, Marie Jane Soares; ROCHA, Cristiane Maria Famer. *Produzindo gênero*. [S. l.]: Sulina, 2004.

VIDARTE, Paco. Ética marica: proclamas libertarias para una militancia LGTBQ. Barcelona: Egales, 2007.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Egales, 2006.

WITTIG, Monique. *La pensée straight*. Paris: Éditions Amsterdam, 2018.

WITTIG, Monique. La pensée straight. *Questions Féministes*, n. 7, p. 45–53, 1980a.

WITTIG, Monique. On ne naît pas femme. *Questions Féministes*, n. 8, p. 75–84, 1980b.

ZAMBONI, Jésio. Cartografias Bichas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. *Anais Eletrônicos*. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1–11.

ZAMBONI, Jésio. *Educação bicha: uma a(na[l])rqueologia da diversidade sexual*. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado) — Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

Recebido em 04/02/2022.

Aceito em 28/05/2023.